



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
SUBSECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE RECURSOS HÍDRICOS



COMITÊ COORDENADOR DO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CORHI

REUNIÃO CORHI

DATA: 26/06/20

LOCAL/HORÁRIO: Reunião telepresencial via plataforma Microsoft *Teams* - às 9:30 horas.

Presenças:

- **SIMA/CRHi:** Rui Brasil Assis, Iara Bueno Giacomini;
- **SIMA/CPLA:** Laura Stela N. Perez;
- **DAEE:** Alexandre Liazzi;
- **CETESB:** Maria Emília Botelho; Richard Ouno.

Convidados:

- **CETESB:** Lilian Barrela Peres;
- **SIMA/CRHI:** Flávia Braga Rodrigues, Ana Ardito, Vagnólia de Macedo, Alexandre Augusto, Maria Lúcia Magri.

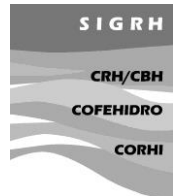
Discussões e Encaminhamentos:

1) Apresentação:

Rui Brasil Assis iniciou a sessão agradecendo a presença de todos e esclareceu que a presente reunião foi convocada como sendo um evento informal, e que por esta razão não foi distribuída a ata da reunião anterior. Prosseguindo, o Coordenador ressaltou que desde o último encontro do CORHI, em dezembro de 2019, diversos trabalhos têm sido realizados, como as reuniões quinzenais do grupo de acompanhamento do PERH.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
SUBSECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE RECURSOS HÍDRICOS



**COMITÊ COORDENADOR DO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CORHI**

O Coordenador, lembrou que o teletrabalho, em virtude da pandemia do COVID-19, foi iniciado em meados de março de 2020 e que logo em seguida foi aprovada, em 8 de abril, a Lei 17.263/20, publicada em 30/04, que autoriza a transferência à Conta Única do Tesouro Estadual dos saldos positivos dos fundos especiais de despesa e de financiamento e investimento, fato este que causou uma paralisação nos trabalhos que vinham sendo executados desde então. Após consulta informal à Consultoria Jurídica, foi constatado que os contratos já assinados não teriam qualquer impacto em sua execução e também não afeta recursos de 2020, desta maneira, foi dado prosseguimento à transferência dos valores referentes ao custeio da CETESB, do DAEE bem como das Secretarias Executivas dos comitês.

Alexandre Liazzi informou que a SIMA possui contrato com empresa desenvolvedora de softwares para dar suporte aos sistemas informatizados já existentes, além de propiciar a criação de novas interfaces, como por exemplo a futura interligação de todo o nosso sistema de informações do DAEE e CETESB, de forma unificada, em um único portal. Segundo suas palavras “Devemos seguir nesta linha de modo a mitigar os efeitos das chamadas lacunas de conhecimento, conforme debatido previamente no PERH, num formato onde as informações técnicas e de interesse ao público possam estar concentradas num único local”.

2) Indicação de empreendimento CORHI em 2020:

Lilian Peres comentou que em 2019 a CETESB iria apresentar um projeto neste sentido, mas que foi interrompido diante de intercorrências que surgiram naquele momento. O projeto consistia em pensar numa integração das bases de dados da companhia, já que atualmente existem 5 modelos independentes: Interáguas (rede básica de águas interiores e de balneabilidade de reservatórios); Autolab (base de dados dos laboratórios da CETESB na sede e interior); Qualipraia (base de dados referente às águas litorâneas); Qualiáguas (rede automática de qualidade) e o Infoáguas (base de dados do monitoramento de efluentes e de qualidade das águas subterrâneas). Segundo Lilian, a intenção é fazer um Portal das Águas unificando estas cinco bases, mas que diante da dificuldade imposta, o projeto será realizado por etapas.

Rui Brasil complementou dizendo que a fábrica de softwares é uma metodologia muito interessante pois há o contato direto do cliente com a equipe desenvolvedora do programa/projeto, propiciando uma maior integração entre as partes na identificação das demandas. Informou, também, que a CRHi já possui um Plano Diretor de Sistema de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
SUBSECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE RECURSOS HÍDRICOS



COMITÊ COORDENADOR DO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CORHI

Informações, que será enviado aos participantes, onde constam formas de como poderia ser realizada esta integração, assim, o CORHI poderia prosseguir nesta empreitada de unificação dos sistemas de informática, uma vez que este se trata de um programa especial de interesse público.

A seguir, Rui Brasil reiterou que esta integração DAEE/CETESB em um único portal na internet é um anseio antigo de todos e solicitou que tanto a Maria Emília quanto o Richard avaliassem o assunto com a diretoria da CETESB. Outro ponto levantado, e, com grande preocupação, foi a questão do Cadastro Único para Cobrança, pois estão faltando atualizações nos dados disponíveis para consulta, sobretudo quanto às cargas de todos os usuários no Estado de São Paulo. Rui explicou que o sistema de cobrança avançou muito diante da adoção de uma ação descentralizada que foi implementada, no entanto, distorções seguem ocorrendo pela forma distinta de atuação nas mais diferentes secretarias executivas dos comitês.

Lilian Peres, ao abordar o assunto, informou que a CETESB já possui um contrato com o CORHI de modelagem de qualidade da água, mas que o mesmo não teve muita evolução. Sugeriu também que se utilizasse o banco de dados Infoáguas, da CETESB, como modelagem para por em marcha o projeto do cadastro único de cobrança.

Richard corroborou com os demais e ressaltou que o portal deve ter uma interface amigável e com alimentação permanente de informações. Já o cadastro único de cobrança deve ser criado de uma forma fluida e que tenham os protocolos de alimentação bem definidos, cabendo ao DAEE e CETESB o desenvolvimento de formas de inserção de dados neste sistema, bem como os requisitos de acesso à estas informações, uma vez que algumas delas são sensíveis e não podem ser disponibilizadas sem qualquer controle.

Assim, o Coordenador finalizou comentando que, de fato, a criação de um portal único onde possam reunir facilmente informações provenientes do DAEE/CETESB é algo almejado há tempos, no entanto, em virtude da extrema necessidade que há no momento, solicitou que os responsáveis destas entidades **se articulem de modo a criar uma proposta, dentro de dez dias, para a elaboração do cadastro único de cobrança.** Após este entendimento, será marcada nova reunião para debater o assunto com melhor embasamento.

Rui ainda ressaltou que cadastro único deve ser operacionalizado de forma homogênea entre os atores envolvidos contando com uma atualização permanente em sua base de dados. Quanto



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
SUBSECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE RECURSOS HÍDRICOS



**COMITÊ COORDENADOR DO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CORHI**

ao contrato CORHI mencionado pela Lilian, Rui Brasil pediu que fosse dada uma maior atenção a este documento pois poderá ser um facilitador na implementação deste mencionado cadastro.

3) Revisão dos PDCs do PERH:

A seguir, foi abordada a questão dos PDCs. Rui Brasil Assis informou que durante a elaboração dos produtos do PERH surgiu a dúvida se os Planos de Duração Continuada poderiam ser alterados para melhorar o enquadramento de alguns empreendimentos.

Lara Giacomini comentou que foi percebido, na análise feita dos encaminhamentos de empreendimentos enviados pelos CBHs, certa subjetividade ou ambiguidade para o enquadramento nos PDCs. Posteriormente, Lara abordou a questão das mudanças climáticas que consta na Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC, onde está prevista a alocação de recursos do Fehidro em áreas críticas de maior vulnerabilidade bem como na adoção de formas para sua mitigação.

Ainda sobre o tema dos Planos de Duração Continuada, Rui informou que foram feitas reuniões internas debatendo formas de se reduzir estas distorções, sendo solicitada a ajuda técnica de André Navarro na elaboração de sugestões a serem implementadas no novo manual Fehidro. Brevemente estará disponível um documento com propostas de alterações nos PDCs e SubPDCs, definindo suas respectivas áreas de abrangência. Este estudo será enviado aos integrantes do CORHI e será objeto de pauta para a próxima reunião.

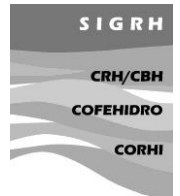
4) Contrato do PERH 2020-23 com a COBRAPE:

Posteriormente, foi abordado o aditivo realizado no contrato junto à COBRAPE. O processo do aditivo começou em dezembro de 2019 onde foi submetida a proposta da Coordenadoria à Consultoria Jurídica. Em janeiro de 2020 a CRHi recebeu a resposta informando que haveria necessidade de melhor fundamentação para mudança no escopo do projeto, fato este que causou muita preocupação pois era necessária a alteração em alguns produtos que estavam sendo desenvolvidos em parceria com o BID. Após diversos embates, o corpo técnico da CRHi logrou justificar claramente cada mudança exigida e obteve parecer jurídico favorável.

Desta maneira, foi efetivado o aditivo de escopo e de prazo. O novo cronograma está disponível para consulta dos interessados. Rui também comunicou a preocupação da COBRAPE com a finalização do projeto, embora tenha havido a prorrogação de seis meses (encerramento em



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
SUBSECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
COORDENADORIA DE RECURSOS HÍDRICOS**



**COMITÊ COORDENADOR DO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS – CORHI**

dezembro/2020) verificou-se que não há folgas e que tanto contratada e contratante desejam o cumprimento dos prazos, haja vista que a consulta pública deve ocorrer no máximo até setembro deste ano.

lara Giacomini informou que se utilizou o novo cronograma aprovado no aditivo da COBRAPE para estipular as datas das devolutivas e das prévias. Será entregue à empresa o feedback recebido por parte das instituições que acompanham o PERH como DAEE e CETESB e, com estas informações a contratada poderá elaborar proposta do plano de ação e investimentos do PERH para este quadriênio.

A seguir, lara mencionou que será aproveitada a oportunidade do PERH para oficializar, dentro da NT10, a atualização das SubUGRHs, com seus respectivos nomes ao invés de continuar a denominá-los de acordo com sua localização geográfica. Finalizando sua participação, abordou a questão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS onde foi solicitada reunião dos especialistas na área para que o assunto fosse melhor debatido. A previsão é que em meados de setembro esteja pronto o relatório final para a consulta pública e que os eventuais ajustes decorrentes ocorram no máximo até o final de outubro, para os trâmites de praxe e deliberação no CRH em dezembro de 2020.

Ao final da reunião, Rui Brasil informou a todos que há muito trabalho a ser realizado neste segundo semestre, porém, devido ao advento da COVID-19 e da crise econômica que enfrentamos, a COBRAPE tem planos de dispensar alguns de seus funcionários, por isso a finalização do contrato PERH deve ser realizada urgentemente para que não se tenha prejuízos. Não havendo maiores considerações, o Coordenador agradeceu a presença e a atenção de todos, dando por finalizada esta reunião.